

Neoenergia Atibaia  
Transmissão de  
Energia S.A.

**Demonstrações**  
**Contábeis Regulatórias**  
**31 de dezembro de 2021 e 2020**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO 2021

---

### SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
1. A NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.....	3
1.1. Estrutura Societária.....	3
2. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	3
3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO.....	4
3.1. Subestação em construção.....	4
4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS.....	4
5. RECEITA ANUAL PERMITIDA.....	4
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	4
6.1. Resultado Econômico Financeiro.....	5
DISCLAIMER.....	5

## INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2021, a Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

### 1. A NEOENERGIA ATIBAIA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A

A Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

#### 1.1. Estrutura Societária

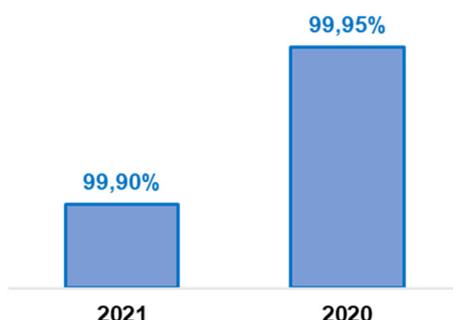
Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



## 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão: instalação de transmissão localizadas no estado de São Paulo, compostas pelo Compensador Estático de Reativos (CER) de (-150/+300) Mvar na Subestação Fernão Dias; Conexão do CER; interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial.

Em 2021, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,90% (99,95% em 2020). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão. Em 2021, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



### 3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

#### 3.1. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas					
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	-	500kV	-	11/02/2021	11/08/2047

### 4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Subestação - Evolução Física e Investimentos			
Subestação	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2020 (R\$ Mil)*	Evolução Física em 31/12/2021
SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	100%	3.138	100%

\* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por SE

### 5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Companhia iniciou sua operação comercial em março de 2020. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R\$ 16.077 mil (R\$ 14.878 mil para o ciclo 2020/2021), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

### 6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

## 6.1. Resultado Econômico Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2021	2020	2021 X 2020	
			R\$	%
<b>Receita Bruta</b>	<b>16.836</b>	<b>15.664</b>	<b>1.172</b>	<b>7%</b>
Deduções da Receita Bruta	(1.558)	(1.448)	(110)	8%
Custo Não Gerenciável	(229)	(187)	(42)	22%
<b>Resultado antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>15.049</b>	<b>14.029</b>	<b>1.020</b>	<b>7%</b>
Custo Gerenciável	(1.677)	(2.259)	582	-26%
Amortização / Depreciação	(3.041)	(2.493)	(548)	22%
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>10.331</b>	<b>9.277</b>	<b>1.054</b>	<b>11%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>13.372</b>	<b>11.770</b>	<b>1.602</b>	<b>14%</b>
Resultado Financeiro	135	110	25	23%
<b>Lucro Antes dos Impostos</b>	<b>10.466</b>	<b>9.387</b>	<b>1.079</b>	<b>11%</b>
IR e CSLL	(2.107)	(520)	(1.587)	305%
<b>Lucro do Período</b>	<b>8.359</b>	<b>8.867</b>	<b>(508)</b>	<b>-6%</b>

A Receita Bruta da Companhia em 2021 apresentou aumento de R\$ 1.172 mil (variação positiva de 7%) em comparação ao ano de 2020.

Os custos gerenciáveis registraram uma redução de 26% no ano, quando comparado com 2020. Esta variação é principalmente pelo reflexo da redução de despesas com pessoal.

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi positivo em 2021 em R\$135 mil, sendo R\$182 mil referentes a receitas financeiras e R\$47 mil referentes a despesas financeiras.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou Lucro de R\$8.359 mil e EBITDA positivo de R\$13.372 mil.

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Atibaia, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Atibaia e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Atibaia.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Atibaia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí  
Edifício Dahruj Tower  
13024-001 - Campinas/SP - Brasil  
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil  
Telefone +55 (19) 3198-6000  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia Elétrica S.A**

Campinas - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

A Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 17 de fevereiro de 2022.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL .....	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS .....	11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE .....	12
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	13
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA .....	14
1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL .....	15
2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES .....	15
3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	18
4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS .....	19
5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	20
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	20
7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS .....	21
8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS .....	22
9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL .....	24
10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS .....	25
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	26
12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	28
13. PESSOAL E ADMINISTRADORES .....	28
14. RESULTADO FINANCEIRO .....	28
15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	29
16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	29
17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO .....	31

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**  
CNPJ 27.848.099/0001-32  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Ativos</b>			
<b>Ativo circulante</b>		<b>8.499</b>	<b>14.906</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6</b>	2.301	10.554
Concessionárias e permissionárias	<b>7</b>	1.522	1.894
Tributos compensáveis	<b>8.3</b>	4.098	1.828
Despesas pagas antecipadamente		80	34
Outros ativos		498	596
<b>Ativo não circulante</b>		<b>77.338</b>	<b>80.203</b>
Tributos diferidos	<b>8.2</b>	-	127
Outros ativos		31	31
Imobilizado	<b>9</b>	76.302	79.025
Intangível	<b>9</b>	1.005	1.020
<b>Total do ativo</b>		<b>85.837</b>	<b>95.109</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>		<b>8.498</b>	<b>6.873</b>
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	<b>10</b>	304	369
Obrigações sociais e trabalhistas		171	133
Tributos	<b>8.4</b>	1.185	918
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	<b>11.2</b>	6.678	5.143
Encargos setoriais	<b>8.4</b>	59	29
Outros passivos circulantes		101	281
<b>Passivo não circulante</b>		<b>1.697</b>	<b>118</b>
Tributos diferidos	<b>8.2</b>	1.638	-
Encargos setoriais	<b>8.2</b>	59	57
Outros passivos não circulantes		-	61
<b>Total do Passivo</b>		<b>10.195</b>	<b>6.991</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	<b>11.1</b>	84.883	84.883
Reservas de lucros		56.075	62.823
Prejuízos acumulados		(72.723)	(66.517)
Proposta para distribuição de dividendos		7.407	6.929
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>17.6</b>	<b>75.642</b>	<b>88.118</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>85.837</b>	<b>95.109</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**  
CNPJ 27.848.099/0001-32  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS**  
Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Operações em continuidade</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>16.836</b>	<b>15.664</b>
Disponibilização do sistema de transmissão	12	16.836	15.664
<b>Tributos</b>	12	<b>(1.558)</b>	<b>(1.448)</b>
PIS		(278)	(258)
Cofins		(1.280)	(1.190)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	12	<b>(229)</b>	<b>(187)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(151)	(140)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(78)	(47)
<b>Receita líquida</b>	12	<b>15.049</b>	<b>14.029</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>15.049</b>	<b>14.029</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(4.718)</b>	<b>(4.752)</b>
Pessoal e administradores	13	(728)	(985)
Material		(48)	(129)
Serviços de terceiros		(683)	(503)
Arrendamento e aluguéis		(125)	(103)
Tributo		(18)	(59)
Provisões líquida - PCLD		10	(40)
Depreciação e amortização		(3.041)	(2.493)
Outros gastos operacionais		(85)	(440)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>10.331</b>	<b>9.277</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	14	<b>135</b>	<b>110</b>
Receitas financeiras		182	193
Despesas financeiras		(111)	(86)
Outros resultados financeiros, líquidos		64	3
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>10.466</b>	<b>9.387</b>
Despesa com impostos sobre os lucros	8.1.1	(2.107)	(520)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>8.359</b>	<b>8.867</b>
<b>Lucro por ação</b>			
Básico e diluído lucro (prejuízo) do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,0900	0,0992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**  
CNPJ 27.848.099/0001-32  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.359</b>	<b>8.867</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>		
Hedge de fluxo de caixa	-	127
Efeito de Imposto de Renda	-	(43)
<b>Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	<u>-</u>	<u>84</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><b>8.359</b></u>	<u><b>8.951</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**  
CNPJ 27.848.099/0001-32  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Reserva de lucros</u>							<u>Total</u>
	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas legal</u>	<u>Reservas de lucros a realizar</u>	<u>Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</u>	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>84.883</b>	<b>2.693</b>	<b>50.367</b>	<b>806</b>	<b>(84)</b>	<b>(53.592)</b>	<b>-</b>	<b>85.073</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.867	-	8.867
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	84	-	-	84
Efeito de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(806)	-	-	-	(806)
Destinação do lucro: (nota 11.2.b)								
Reserva legal	-	1.090	-	-	-	(1.090)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	8.673	-	-	(8.673)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(5.100)	-	(5.100)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(6.929)	6.929	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>84.883</b>	<b>3.783</b>	<b>59.040</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(66.517)</b>	<b>6.929</b>	<b>88.118</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.359	-	8.359
Distribuição de dividendos	-	-	(7.000)	-	-	-	(6.929)	(13.929)
Destinação do lucro: (nota 11.2.b)								
Reserva legal	-	728	-	-	-	(728)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	(476)	-	-	476	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(6.906)	-	(6.906)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(7.407)	7.407	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>84.883</b>	<b>4.511</b>	<b>51.564</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(72.723)</b>	<b>7.407</b>	<b>75.642</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**  
CNPJ 27.848.099/0001-32  
**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**  
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.359</b>	<b>8.867</b>
<b>Ajustado por:</b>	<b>5.013</b>	<b>9.437</b>
Depreciação e amortização	3.041	2.493
Tributos sobre o lucro	2.107	520
Resultado financeiro, líquido	(135)	(110)
Perda na baixa de ativos imobilizado	-	6.534
<b>Variações de ativos e passivos:</b>		
Concessionárias e permissionárias	374	(1.894)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(215)	(333)
Obrigações sociais e trabalhistas	38	71
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(920)	(61)
Outros ativos e passivos, líquidos	(296)	(351)
<b>Caixa líquidos oriundo das operações</b>	<b>12.353</b>	<b>15.736</b>
Instrumentos derivativos pagos	-	(38)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	189	203
Tributos sobre o lucro pagos	(2.442)	(1.984)
<b>Caixa oriundo das atividades operacionais</b>	<b>10.100</b>	<b>13.917</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(89)	(11.332)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(89)</b>	<b>(11.332)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos aos acionistas	(18.264)	-
<b>Caixa oriundo nas atividades de financiamento</b>	<b>(18.264)</b>	<b>-</b>
<b>(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.253)</b>	<b>2.585</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	10.554	7.969
<b>Caixa e equivalentes no final do exercício</b>	<b>2.301</b>	<b>10.554</b>
<b>Transações que não envolveram caixa:</b>		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	214	53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos Consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre Agentes de Governo, Agentes Públicos e Privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. ("Neoenergia Atibaia" ou "Companhia") está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

## **2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES**

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão: instalação de transmissão localizadas no estado de São Paulo, compostas pelo Compensador Estático de Reativos (CER) de (-150/+300) Mvar na Subestação Fernão Dias; Conexão do CER; interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R\$16.077, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

### **2.1. Corona vírus ("Covid-19")**

#### **a) Contexto geral**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional.

## **b) Impactos nas demonstrações contábeis regulatórias**

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

### **2.2. Gestão de riscos financeiros e operacionais**

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

### **2.3. Gestão de riscos financeiros**

#### **Considerações gerais e políticas internas**

A Política de Gestão de Risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

### **2.3.1. Gestão de risco de mercado**

#### **Risco de taxas de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### **Risco de Inflação**

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

### **2.3.2. Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 11.2).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos.

### **2.3.3. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes de seus contratos. Esse risco é proveniente principalmente de valores a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

#### **Risco de crédito de contrapartes comerciais**

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

#### **Risco de crédito de instituições financeiras**

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

## Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Ratings de longo prazo em escala nacional</b>	<b>Moody's</b>	<b>Fitch</b>
Banco do Brasil		AA
Itaú	AA	AAA

### 2.4. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

<b>Riscos</b>	<b>Data da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2021 a 30/05/2022	100.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2021 a 30/05/2022	54.997

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

## 3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

### 3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MSCE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, que consolidou em um único ato as Resoluções Normativas nº 396/2010, nº 605/2014 e nº 814/2018. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 17, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de março de 2022, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

### 3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

### 3.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações contábeis regulatórias estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados.

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**3.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentados nas seguintes notas:

<b>Nota</b>	<b>Estimativas e julgamentos significativos</b>
7	Perdas de crédito esperadas
8.2	Tributo sobre o lucro diferido
16	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

**3.5. Novas normas e interpretações não vigentes**

O Despacho ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, aprovou a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE na dimensão procedimental, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

A Companhia analisou as principais alterações na versão 2022 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, e não espera impactos relevantes nas Demonstrações Regulatórias do exercício seguinte.

**4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS**

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, do seu fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020, originalmente emitidas em 30 de abril de 2021.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados como retificação de erro.

	<u>Ref.</u>	<u>Apresentado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>8.867</b>	-	<b>8.867</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		<b>9.437</b>	-	<b>9.437</b>
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		(280)	(53)	(333)
Outros		(2.235)	-	(2.235)
<b>Caixa líquidos oriundo das operações</b>	<b>(a)</b>	<b>15.789</b>	<b>(53)</b>	<b>15.736</b>
Outros		(1.819)	-	(1.819)
<b>Caixa oriundo das atividades operacionais</b>		<b>13.970</b>	<b>(53)</b>	<b>13.917</b>
Aquisição de imobilizado e intangível	<b>(a)</b>	(11.385)	53	(11.332)
<b>Utilização de caixa em atividades de investimento</b>		<b>(11.385)</b>	<b>53</b>	<b>(11.332)</b>
<b>Geração de caixa em atividades de financiamento</b>		-	-	-
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>2.585</b>	-	<b>2.585</b>

(a) A Administração da Companhia avaliou a apresentação no exercício de 2020 dos investimentos que não envolveram caixa e efetuou a reclassificação para o grupo de atividades operacionais.

## Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil.

As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2021 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação compulsória. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

**Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	67	14
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	901	-
Fundos de investimento	1.333	10.540
	<u><b>2.301</b></u>	<u><b>10.554</b></u>

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99,3% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

**7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	2021			2020		
	Recebível	Provisão para Créditos de Liquidação ou Duvidosa	Contas a receber, líquidos	Recebível	Provisão para Créditos de Liquidação ou Duvidosa	Contas a receber, líquidos
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.553	(31)	1.522	1.934	(40)	1.894
	<b>1.553</b>	<b>(31)</b>	<b>1.522</b>	<b>1.934</b>	<b>(40)</b>	<b>1.894</b>

Descrição	Valores Correntes					Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	Total 2021	Total 2020
	Corrente a vencer	Corrente Vencida						
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias			
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.516	3	2	6	26	(31)	1.522	1.894
<b>Total</b>	<b>1.516</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>26</b>	<b>(31)</b>	<b>1.522</b>	<b>1.894</b>

**7.1. Políticas contábil e julgamentos críticos****a) Política contábil**

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

**b) Estimativas e julgamentos críticos**

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS****8.1. Tributos sobre o lucro****8.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado**

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>10.466</b>	<b>9.387</b>
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(3.558)	(3.192)
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	2.349	1.734
Outros	(898)	938
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b><u>(2.107)</u></b>	<b><u>(520)</u></b>

**8.2. Tributos diferidos**

	<u>IR/CSLL</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Ativo</b>		
Provisão participação nos lucros e resultados	221	168
Outros	129	206
<b>Total diferenças temporárias - ativo</b>	<b>350</b>	<b>374</b>
<b>Passivo (-)</b>		
Custo proporcional da RAP reconhecida	(9.969)	
Amortização e depreciação regulatória	5.516	
Outros	(714)	-
<b>Total diferenças temporárias - passivo</b>	<b>(5.167)</b>	<b>-</b>
<b>Total diferenças temporárias - líquido</b>	<b>(4.817)</b>	<b>374</b>
Alíquota de IR e CS	34%	34%
<b>Tributos sobre o lucro diferidos, líquido</b>	<b><u>(1.638)</u></b>	<b><u>127</u></b>

**8.3. Tributos compensáveis**

	<u>2021</u>	<u>2021</u>
<b>Tributos compensáveis</b>		
Imposto de renda – IR	3.060	1.368
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	1.034	431
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	2	28
Outros	2	1
	<b><u>4.098</u></b>	<b><u>1.828</u></b>
Circulante	4.098	1.828

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8.4. Outros tributos e encargos setoriais**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Outros tributos</b>		
Programa de integração social – PIS	19	24
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	87	110
Instituto nacional de seguridade social - INSS	19	12
Impostos e contribuições retidos na fonte	31	769
Outros	1.029	3
	<b>1.185</b>	<b>918</b>
<b>Encargos setoriais a recolher</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	59	57
Conta de desenvolvimento energético – CDE	39	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	9	10
Taxa de fiscalização serviço público de energia elétrica – TFSEE	5	13
Ministério de minhas e energia – MME	6	6
	<b>118</b>	<b>86</b>
<b>Total outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>1.303</b>	<b>1.004</b>
Circulante	1.244	947
Não circulante	59	57

**8.5. Política contábil e julgamentos críticos**

**a) Política contábil**

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

A composição do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições líquidas = (A)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>							
<b>Transmissão</b>	<b>81.447</b>	-	<b>81.447</b>	-	<b>(5.506)</b>	<b>75.941</b>	<b>78.967</b>
Terrenos	34	-	34	-	-	34	34
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.739	-	11.739	-	(777)	10.962	11.386
Máquinas e equipamentos	69.624	-	69.624	-	(4.716)	64.908	67.503
Veículos	50	-	50	-	(13)	37	44
<b>Administração</b>	<b>5</b>	-	<b>5</b>	-	<b>(3)</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Máquinas e equipamentos	5	-	5	-	(3)	2	2
<b>Subtotal</b>	<b>81.452</b>	-	<b>81.452</b>	-	<b>(5.509)</b>	<b>75.943</b>	<b>78.969</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>							
<b>Transmissão</b>	<b>26</b>	<b>295</b>	<b>321</b>	<b>295</b>	-	<b>321</b>	<b>26</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	(6.764)	-	(6.764)	-	-	(6.764)	(6.764)
Máquinas e equipamentos	6.263	295	6.558	295	-	6.558	6.263
Móveis e utensílios	527	-	527	-	-	527	527
<b>Administração</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>38</b>	<b>8</b>	-	<b>38</b>	<b>30</b>
Máquinas e equipamentos	30	8	38	8	-	38	30
<b>Subtotal</b>	<b>56</b>	<b>303</b>	<b>359</b>	<b>303</b>	-	<b>359</b>	<b>56</b>
<b>Total do ativo imobilizado</b>	<b>81.508</b>	<b>303</b>	<b>81.811</b>	<b>303</b>	<b>(5.509)</b>	<b>76.302</b>	<b>79.025</b>

A composição do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Valor bruto em 31/12/2021	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Ativo intangível em serviço</b>					
<b>Administração</b>	<b>74</b>	<b>74</b>	<b>(32)</b>	<b>42</b>	<b>57</b>
Softwares	74	74	(32)	42	57
<b>Ativo imobilizado em curso</b>					
<b>Administração</b>	<b>963</b>	<b>963</b>	-	<b>963</b>	<b>963</b>
Outros	963	963	-	963	963
<b>Total do ativo intangível</b>	<b>1.037</b>	<b>1.037</b>	<b>(32)</b>	<b>1.005</b>	<b>1.020</b>

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por atividade, o imobilizado e o intangível está constituído da seguinte forma:

	2021			2020	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Transmissão</b>		<b>81.447</b>	<b>(5.506)</b>	<b>75.941</b>	<b>78.967</b>
Custo histórico	4,02%	81.447	(5.506)	75.941	78.967
<b>Administração</b>		<b>79</b>	<b>(35)</b>	<b>44</b>	<b>59</b>
Custo histórico	6,25%	79	(35)	44	59
		<b>81.526</b>	<b>(5.541)</b>	<b>75.985</b>	<b>79.026</b>
<b>Em curso</b>					
Transmissão		1.284	-	1.284	26
Administração		38	-	38	993
		1.322	-	1.322	1.019
		<b>82.848</b>	<b>(5.541)</b>	<b>77.307</b>	<b>80.045</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Transmissão</b>	
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	3,13%
Religadores	4,00%
<b>Administração central</b>	
Equipamento geral	6,25%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Máquinas Equipamentos	214	89	303
<b>Total das Adições</b>	<b>214</b>	<b>89</b>	<b>303</b>

**10.FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS**

	2021	2020
Materiais e serviços	304	369
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>369</b>
Circulante	304	369

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****11.1. Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$84.883, sendo R\$89.401 subscrito e R\$4.518 integralizado, dividido em 89.400.567 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		R\$
	Qtde.	%	
Neoenergia S.A.	84.883	100%	84.883
<b>Total</b>	<b>84.883</b>	<b>100%</b>	<b>84.883</b>

**11.2. Lucro por ação e remuneração ao acionista****a) Lucro por ação**

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	8.359	8.867
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	89.401	89.401
<b>Lucro básico e diluído por ação – R\$</b>	<b>0,0900</b>	<b>0,0992</b>

**b) Remuneração aos acionistas**

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021	2020
<b>Lucro líquido societário do exercício</b>	<b>14.565</b>	<b>21.792</b>
Reserva legal	(728)	(1.090)
Realização da (Destinação para) reserva de lucros a realizar	476	(8.673)
<b>Lucro líquido societário ajustado</b>	<b>14.313</b>	<b>12.029</b>
<b>Lucro líquido societário a distribuir</b>	<b>14.313</b>	<b>12.029</b>
<b>Remuneração</b>		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	(3.578)	(3.007)
Remuneração adicional	(10.735)	(9.022)
	<b>(14.313)</b>	<b>(12.029)</b>
<b>Natureza da remuneração:</b>		
Juros sobre capital próprio	6.906	5.100
Dividendos adicionais propostos	7.407	6.929
	<b>14.313</b>	<b>12.029</b>

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	2021	2020
<b>Saldo em 1º janeiro</b>	<b>5.143</b>	-
Dividendos distribuídos <sup>(1)</sup>	13.929	-
Juros sobre capital próprio distribuídos <sup>(2)</sup>	6.906	5.100
Imposto de renda retido na fonte	(1.036)	(765)
Distribuição de dividendos e JSCP	(18.264)	808
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>6.678</b>	<b>5.143</b>

<sup>(1)</sup> Em abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado: (i) a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$6.929, e; (ii) a transferência de R\$7.000 da conta de reserva de lucros a realizar para a

## Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

conta de reserva de lucros, bem como a distribuição de dividendos deste mesmo valor, totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$13.929, pagos nos meses de maio, outubro e dezembro de 2021.

<sup>(2)</sup> Em dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado juros sobre o capital próprio no montante de R\$6.906 a serem pagos até 31 de dezembro de 2022.

### 11.3. Reserva de lucros

#### c) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

#### d) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

#### e) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

### 11.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Receita operacional</b>		
Receita de transmissão – Rede Básica <sup>(a)</sup>	16.836	15.664
<b>Deduções à receita</b>		
PIS / COFINS	(1.558)	(1.448)
<b>Encargos- Parcela “A”</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(151)	(140)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(78)	(47)
	<u>15.049</u>	<u>14.029</u>

<sup>(a)</sup> A receita de transmissão – Rede Básica é relacionada à construção, operação e manutenção sob o Contrato de Concessão nº 38/2017 – Linha de Transmissão e são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados.

**12.1. Política contábil**

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho.

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA).

**13. PESSOAL E ADMINISTRADORES**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração	(389)	(471)
Encargos	(140)	(185)
Previdência privada - Corrente	(30)	(31)
Rescisões	(1)	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(53)	(168)
Outros benefícios - Corrente	(115)	-
Outros		(130)
<b>Total</b>	<u>(728)</u>	<u>(985)</u>

**14. RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	189	203
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(13)	(10)
Outras receitas financeiras	6	-
	<u>182</u>	<u>193</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Outras despesas financeiras	(111)	(86)
	<u>(111)</u>	<u>(86)</u>
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		
Outras variações monetárias, líquidas	64	3
	<u>64</u>	<u>3</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u>135</u>	<u>131</u>

## 15. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos e (ii) contratos de O&M.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

### 15.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Contas a receber e outros	206	243
Compartilhamento de pessoal	14	67
	<b>220</b>	<b>310</b>
<b>Passivo</b>		
Fornecedores e contas a pagar	84	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	6.678	5.143
Compartilhamento de pessoal	31	272
	<b>6.793</b>	<b>5.415</b>

### 15.2. Transações com partes relacionadas

	2021			2020		
	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total
<b>Resultado do exercício</b>						
Receita operacional						
Líquida (a)	1.314	902	2.216	1.096	879	1.975
Custos dos serviços (b)	(306)	-	(306)	-	-	-
Despesas gerais e administrativas (c)	(31)	-	(31)	(384)	-	(384)
	<b>977</b>	<b>902</b>	<b>1.879</b>	<b>712</b>	<b>879</b>	<b>1.591</b>

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

(a) Contrato de conexão ao sistema de transmissão (CUST e CTT), com vigência até 2027, corrigidos, anualmente, pela correção do IPCA.

(b) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Elektro O&M.

(c) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020.

### 15.3. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

## 16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**  
CNPJ 27.848.099/0001-32  
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

**Nível 3** – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Empréstimo e recebíveis</b>		<b>982</b>	<b>982</b>	<b>67</b>	<b>67</b>
Caixa e equivalentes de caixa		968	968	-	-
Outros ativos financeiros		14	14	67	67
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>		<b>1.552</b>	<b>1.552</b>	<b>1.934</b>	<b>1.934</b>
Concessionárias e permissionárias		1.552	1.552	1.934	1.934
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		<b>1.333</b>	<b>1.333</b>	<b>10.554</b>	<b>10.554</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.333	1.333	10.554	10.554
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>		<b>390</b>	<b>390</b>	<b>752</b>	<b>752</b>
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		304	304	369	369
Outros passivos financeiros		86	86	383	383

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### **Métodos e técnicas de avaliação**

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

#### **16.2. Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

<b>Operação</b>	<b>Indexador</b>	<b>Risco</b>	<b>Taxa no exercício</b>	<b>Exposição (Saldo/ Nocial)</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Impacto Cenário (II)</b>	<b>Impacto Cenário (III)</b>
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	2.234	189	(47)	(94)

**17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Balancos patrimoniais**

	Notas	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativos</b>							
<b>Ativo circulante</b>		<b>8.499</b>	<b>15.481</b>	<b>23.980</b>	<b>14.906</b>	<b>13.525</b>	<b>28.431</b>
Caixa e equivalentes de caixa		2.301	-	2.301	10.554	-	10.554
Concessionárias e permissionárias	17.5	1.522	(12)	1.510	1.894	-	1.894
Tributos compensáveis		4.098	-	4.098	1.828	-	1.828
Concessão do serviço público (ativo contratual)	17.1	-	15.493	15.493	-	13.525	13.525
Despesas pagas antecipadamente		80	-	80	34	-	34
Outros ativos circulantes		498	-	498	596	-	596
<b>Ativo não circulante</b>		<b>77.338</b>	<b>113.515</b>	<b>190.972</b>	<b>80.203</b>	<b>106.946</b>	<b>187.149</b>
Tributo diferido		-	-	-	127	(127)	-
Outros ativos não circulantes		31	189.573	189.604	31	1	31
Concessão do serviço público (ativo contratual)	17.1	-	31	31	-	186.074	186.074
Imobilizado	17.1	76.302	(75.930)	372	79.025	(78.949)	76
Intangível	17.1	1.005	(40)	965	1.020	(52)	968
<b>Total do ativo</b>		<b>85.837</b>	<b>128.996</b>	<b>214.952</b>	<b>95.109</b>	<b>120.471</b>	<b>215.580</b>
<b>Passivo</b>							
<b>Passivo circulante</b>		<b>8.498</b>	<b>-</b>	<b>8.498</b>	<b>6.873</b>	<b>1</b>	<b>6.874</b>
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		304	-	304	369	-	369
Obrigações sociais e trabalhistas		171	-	171	133	-	133
Tributos		1.185	-	1.185	918	-	918
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		6.678	-	6.678	5.143	-	5.143
Encargos setoriais		59	-	59	29	-	29
Outros passivos circulantes		101	-	101	281	1	282
<b>Passivo não circulante</b>		<b>1.697</b>	<b>56.392</b>	<b>58.089</b>	<b>118</b>	<b>53.953</b>	<b>54.071</b>
Tributos	17.2	-	18.971	18.971	-	18.462	18.462
Tributos diferidos	17.2	1.638	37.421	39.059	-	35.491	35.491
Encargos setoriais		59	-	59	57	-	57
Outros passivos não circulantes		-	-	-	61	-	61
<b>Total do passivo</b>		<b>8.557</b>	<b>56.392</b>	<b>66.587</b>	<b>6.991</b>	<b>53.954</b>	<b>60.945</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		84.883	-	84.883	84.883	-	84.883
Reservas de lucros		56.075	-	56.075	62.823	-	62.823
Prejuízos Acumulados	17.4	(72.723)	72.723	-	(66.517)	66.517	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		7.407	-	7.407	6.929	-	6.929
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>75.642</b>	<b>72.723</b>	<b>148.365</b>	<b>88.118</b>	<b>66.517</b>	<b>154.635</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>85.837</b>	<b>129.115</b>	<b>214.952</b>	<b>95.109</b>	<b>120.471</b>	<b>215.580</b>

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Demonstração do resultado**

	Notas	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>16.836</b>	<b>5.498</b>	<b>22.334</b>	<b>15.664</b>	<b>24.577</b>	<b>40.241</b>
Disponibilização do sistema de transmissão	17.1	16.836	5.498	22.334	15.664	24.577	40.241
<b>Tributos</b>		<b>(1.558)</b>	<b>(508)</b>	<b>(2.066)</b>	<b>(1.448)</b>	<b>(2.274)</b>	<b>(3.722)</b>
PIS	17.2	(278)	(91)	(369)	(258)	(406)	(664)
Cofins	17.2	(1.280)	(417)	(1.697)	(1.190)	(1.868)	(3.058)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(229)</b>	-	<b>(229)</b>	<b>(187)</b>	<b>(1)</b>	<b>(188)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(151)	-	(151)	(140)	-	(140)
Taxa de fiscalização - TFSEE		(78)	-	(78)	(47)	(1)	(48)
<b>Receita líquida</b>		<b>15.049</b>	<b>4.990</b>	<b>20.039</b>	<b>14.029</b>	<b>22.302</b>	<b>36.331</b>
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>15.049</b>	<b>4.990</b>	<b>20.039</b>	<b>14.029</b>	<b>22.302</b>	<b>36.331</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(4.718)</b>	<b>3.019</b>	<b>(1.699)</b>	<b>(4.752)</b>	<b>(1.356)</b>	<b>(6.108)</b>
Pessoal e administradores		(728)	-	(728)	(985)	17	(968)
Material		(48)	-	(48)	(129)	(769)	(898)
Serviços de terceiros		(683)	17	(666)	(503)	4	(499)
Arrendamento e aluguéis		(125)	-	(125)	(103)	11	(92)
Tributo		(18)	-	(18)	(59)	35	(24)
Provisões líquida - PCLD	17.5	10	(12)	(2)	(40)	-	(40)
Depreciação e amortização	17.3	(3.041)	3.031	(10)	(2.493)	2.484	(9)
Outros gastos operacionais		(85)	(17)	(102)	(440)	(3.138)	(3.578)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>10.331</b>	<b>8.009</b>	<b>18.340</b>	<b>9.277</b>	<b>20.946</b>	<b>30.223</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>135</b>	-	<b>135</b>	<b>110</b>	<b>21</b>	<b>131</b>
Receitas financeiras		182	-	182	193	-	193
Despesas financeiras		(111)	-	(111)	(86)	-	(86)
Outros resultados financeiros, líquidos		64	-	64	3	21	24
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>10.466</b>	<b>8.009</b>	<b>18.475</b>	<b>9.387</b>	<b>20.967</b>	<b>30.354</b>
Despesa com impostos sobre os lucros	17.2	(2.107)	(1.803)	(3.910)	(520)	(8.042)	(8.562)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>8.359</b>	<b>6.206</b>	<b>14.565</b>	<b>8.867</b>	<b>12.925</b>	<b>21.792</b>
<b>Lucro por ação</b>							
Lucro básico e diluído do exercício atribuível a acionistas controladores							
detentores de ações ordinárias		0,09		0,16	0,10		0,24

**17.1. Concessão do serviço público (ativo contratual)**

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

## Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica “Remuneração do ativo contratual”, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

### 17.2. Tributos diferidos

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos referem-se aos efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos entre a contabilidade regulatória e societária, principalmente pela eliminação na contabilidade regulatória do pronunciamento técnico CPC47 (vide nota 16.1).

### 17.3. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009, tendo sido revisada e atualizada pela resolução ANEEL nº. 674/2015. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Direito de Uso da Concessão/Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado, Intangível e Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão.

### 17.4. Lucros (Prejuízos) acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

### 17.5. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Ajustes decorrentes da eliminação dos efeitos do pronunciamento técnico CPC 48, referente ao reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre saldos a vencer de clientes na contabilidade societária.

### 17.6. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>SalDOS PL conforme contabilidade societária</b>	<b>148.365</b>	<b>154.635</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(72.723)</b>	<b>(66.517)</b>
Efeitos aplicação CPC 48 (IFRS 9)	12	-
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(107.126)	(102.136)
Depreciação	(3.031)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	37.422	35.619
<b>SalDOS PL conforme contabilidade regulatória</b>	<b><u>75.642</u></b>	<b><u>88.118</u></b>

**Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.**

CNPJ 27.848.099/0001-32

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17.7. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Lucro líquido societário do exercício</b>	<b>14.565</b>	<b>21.792</b>
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(6.206)</b>	<b>(12.925)</b>
Amortização juros a incorrer	-	-
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(4.990)	(20.967)
Efeitos aplicação CPC 48 (IFRS 9)	12	-
Diferenças de imobilizado	(3.031)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	1.803	8.042
<b>Lucro líquido do exercício regulatório</b>	<b>8.359</b>	<b>8.867</b>